

Autorização concedida ao Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB) pelo editor, em 22 de dezembro de 2014, com as seguintes condições: disponível sob Licença Creative Commons 3.0, que permite copiar, distribuir e transmitir o trabalho, desde que seja citado o autor e licenciante. Não permite o uso para fins comerciais nem a adaptação desta.

Authorization granted to the Institutional Repository of the University of Brasília (RIUnB) by editor, at December, 22, 2014, with the following conditions: available under Creative Commons License 3.0, that allows you to copy, distribute and transmit the work, provided the author and the licensor is cited. Does not allow the use for commercial purposes nor adaptation.

REFERÊNCIA

RIBEIRO, Gustavo Lins. O Mestiço no armário e o triângulo negro no Atlântico: para um multiculturalismo híbrido. **Série Antropologia**, Brasília, v. 399, p.1-8, 2006. Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie399empdf.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2014.

SÉRIE ANTROPOLOGIA

399

**O MESTIÇO NO ARMÁRIO E O
TRIÂNGULO NEGRO NO ATLÂNTICO.
Para um Multiculturalismo Híbrido**

Gustavo Lins Ribeiro

**Brasília
2006**

O Mestiço no Armário e o Triângulo Negro no Atlântico. Para um Multiculturalismo Híbrido.

Gustavo Lins Ribeiro
Departamento de Antropologia
Universidade de Brasília

Motivado pelo instigante artigo de Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos, farei considerações sobre algumas questões suscitadas pela discussão sobre cotas, com um interesse especial sobre seus efeitos na antropologia e nas ideologias sobre interetnicidade brasileiras¹. O primeiro e mais visível dos efeitos da discussão sobre cotas refere-se à ausência de consenso sobre este assunto entre os antropólogos brasileiros. São várias as posições. Tentarei caracterizar apenas os dois campos mais evidentes, ainda que correndo o evidente risco de simplificá-los. Ambos coincidem em que há que combater o racismo no Brasil e têm argumentos antropológicamente relevantes. Também reconhecem que a escravidão foi um crime terrível que estruturou a relação entre negros e brancos no Brasil.

No primeiro campo, considera-se que frente às flagrantes diferenças de acesso ao bem-estar entre negros e brancos, a universidade pública será uma eficiente alavanca para ir além das históricas injustiças, se implementar formas de acesso diferenciado para afro-brasileiros. Além disso, como nem todas as formas de desigualdade baseiam-se necessariamente em diferenças econômicas, a maior qualificação de afro-brasileiros possibilitará uma maior visibilidade de lideranças negras em todos os planos da vida social, econômica, cultural e política. A esta maior visibilidade corresponderá o crescimento, por meio de um ciclo virtuoso de auto-identificações, da força da identidade negra no Brasil, pondo fim, assim, também à incorporação, consciente ou inconsciente, por parte dos afro-brasileiros de uma perspectiva subordinada desconhecida dos seus próprios atributos positivos.

No segundo campo, considera-se que a universidade pode ser, mas, frente à lógica de mercado, não necessariamente é, um mecanismo de promoção da igualdade. Porém, e eis aqui o cerne da diferença, ao mesmo tempo em que se reconhece a existência de um racismo brasileiro, postula-se que as diferenças “raciais” são melhor entendidas enquanto estruturadas por históricas relações de classe. Ademais, se assim não for feito, estar-se-ia racializando conflitos que não necessariamente são percebidos enquanto conflitos de raça criando, por conseguinte, não uma solução para o conflito racial, mas um novo cenário de conflitos raciais que colocará em cheque a auto-imagem

¹ Sobre o caso da UnB, o leitor pode recorrer também às posições da ABA amplamente divulgadas quando do climax desta polêmica que ocorreu durante meu mandato como presidente da Associação (www.abant.org.br/v2/informacoes/documentos). No período de 2002-2004, além de criar a CRER-Comissão de Relações Étnicas e Raciais da ABA, realizamos vários encontros para discutir ações afirmativas e o racismo no Brasil, como um Seminário sobre “Políticas da Diferença”, na Escola Superior do Ministério Público da União, em maio de 2004, em Brasília, e outro em Salvador, em julho do mesmo ano, intitulado “Raça, Racismo e Políticas Públicas: um debate antropológico”, organizado pela CRER. Além de iniciativas e negociações constantes relativas à regulamentação da questão quilombola e encabeçadas pelo GT de Laudos Antropológicos, realizamos um curso na reunião da SBPC em Cuiabá, também em julho de 2004, sobre “Antropologia e Políticas Públicas contra a Discriminação Racial, de Gênero e de Orientação Comportamental”. Atualmente, sob a liderança da profa. Miriam Grossi, a Associação prossegue em sua luta histórica contra o racismo e a discriminação.

da nação brasileira ou a contribuição que os brasileiros, um povo altamente marcado pela mestiçagem, poderiam dar a um mundo pós-racista.

O que está em jogo nestes dois campos são concepções de políticas identitárias diferentes onde o mestiço, a maioria da população brasileira, é o fio da navalha. Neste sentido, talvez a operação político-ideológica mais forte que o movimento negro logrou realizar nos últimos anos tenha sido a fusão da categoria pardos com a categoria negros. Em consequência, os mestiços foram colocados no armário. Para os antropólogos cabe a provocação: os mestiços deixaram de ser uma questão para a antropologia brasileira? Uma espécie de tabu, sempre associado ao já totalmente esgotado mito da democracia racial?

A percepção que se tem sobre o racismo brasileiro mudou muito nas últimas décadas. Um argumento baseado exclusivamente em “imperialismo cultural” não daria conta totalmente desta mudança. Existem motivos para que o Brasil tenha perdido sua posição de suposto paraíso racial, uma visão que antes era compartilhada por muitos em diferentes países como deixou claro um simpósio realizado, em janeiro de 2004, pela Universidade Federal da Bahia, com o apoio da ABA e de outras instituições, a propósito dos 50 anos da célebre pesquisa da UNESCO sobre relações raciais no Brasil.

Quero deter-me, ainda que rapidamente, sobre alguns aspectos vinculados à luta ideológica contra o racismo, relacionando-a com a pesquisa da UNESCO à época e com o que acontece no presente. Para ser melhor compreendida, a pesquisa da UNESCO deve ser localizada internamente a um triângulo internacional formado, no pós-Segunda Guerra Mundial, por países que marcavam as visões sobre as relações entre negros e brancos em um mundo em descolonização: os Estados Unidos, a África do Sul e o Brasil. Eventualmente, neste triângulo negro do Atlântico, sentia-se a presença pretérita de um fantasma imperialista-racista exorcizado, mas cujas assombrações ainda eram temidas: os nazistas e as atrocidades cometidas contra judeus em nome de uma suposta superioridade racial. Nos Estados Unidos pré-movimento por direitos civis (movimento por cidadania negra que se inicia na metade dos anos 1950 e obtém grandes vitórias em meados dos anos 1960) e na África do Sul do *apartheid* (implementado em 1948 e terminado, graças à luta política negra, em 1990), o racismo e a segregação explícitas corroíam a sociedade e o Estado. No triângulo negro do Atlântico, estes dois países eram vistos como exemplos negativos de relações raciais enquanto, comparativamente, o Brasil aparecia como um vértice positivo. A esta altura acreditava-se ser um local ideal para se entender interação e convivência pacíficas entre negros e brancos, ainda mais por tratar-se de uma nação embalada pela ideologia nacional da democracia racial.

Quando se olha, no presente, para o triângulo EUA/África do Sul/Brasil os sinais mudam. Em cinqüenta anos a situação avançou nos Estados Unidos e na África do Sul. Os movimentos negros americanos e sul-africanos conseguiram sucessivas vitórias nestas décadas acabando com a segregação e o *apartheid*. Enquanto isso, o Brasil continua sendo o campeão da concentração de renda e a manter os seus cidadãos negros nos escalões mais desprivilegiados. Em consequência, o Brasil deixou de ser visto como cenário estimulante para compreender relações raciais de maneira positiva. Mas é claro que o país também mudou. Existe um movimento negro com voz e lideranças ativas. Entretanto no plano da inclusão e da justiça social -- sobretudo se pensarmos comparativamente aos outros vértices do triângulo -- mudou muito pouco. Em suma, ao invés de espelho positivo, para muitos, o Brasil hoje é um espelho negativo, exemplo de como não se deve acreditar em um mito, o da democracia racial, pois as relações sociais, econômicas e políticas demonstram, objetivamente, outra coisa. Por outro lado, os Estados Unidos se converteram em um espelho positivo, sobretudo em termos da

necessária politização do movimento negro e das chamadas políticas identitárias e de ação afirmativa.

Como o americanocentrismo é a forma contemporânea mais evidente do eurocentrismo na América Latina (Ribeiro 2003), a força das experiências e formulações norte-americanas marcam fortemente o cenário brasileiro. Duas formulações anglo-saxônicas sobre interetnicidade gozam de especial receptividade em diferentes meios: a política de ações afirmativas e a ideologia multiculturalista. Determe-ei, muito brevemente, apenas na segunda. De maneira bastante diferente da África do Sul e dos Estados Unidos, o Brasil, por força mesmo do próprio mito -- os antropólogos sabem que os mitos não são inócuos -- e da história da colonização, a inclusão cultural negra, em um primeiro olhar, não parece ser um problema. O problema é a inclusão social. Contudo, é necessário falar de multiculturalismo no Brasil sim. Afinal, o que se aprende sobre a história da África e sua diversidade cultural?. O problema se agrava se considerarmos as populações indígenas com suas culturas e histórias. Tudo isso leva a perguntas básicas. Que multiculturalismo é o brasileiro? Existe semelhante entidade? Procurei encarar este dilema propugnando, para a América Latina, por um “multiculturalismo híbrido”, um multiculturalismo que, crítico dos usos políticos relacionados aos discursos sobre mestiçagem e democracias raciais, reconheça, ao mesmo tempo, sua especificidade, isto é, as particularidades das relações interétnicas em um continente que não se avergonha de ser híbrido (Ribeiro 2003).

Como vimos, as últimas décadas não foram suficientes para mudar a situação das populações negras no Brasil na intensidade requerida para uma democracia onde impere a justiça social. Neste sentido, continua sendo imperativo para a antropologia brasileira revisar e redefinir as características das relações raciais e interétnicas no Brasil do século XXI. Tal movimento nunca é inócuo. Ao contrário, toca diretamente a imagem que qualquer nação tem de si mesma e do seu futuro. Por isso, espero que a este debate, propiciado pela publicação por Horizontes Antropológicos, do oportuno artigo de Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos, sigam-se muitos mais.

TIRANDO ALGUNS ESQUELETOS DO ARMÁRIO ACADÊMICO².

Meu desejo de ver uma seqüência do debate concretizou-se rapidamente. O que acrescentarei aqui se relaciona com o que denominei de “o primeiro e mais visível dos efeitos da discussão sobre cotas”: a ausência de consenso sobre o tema entre antropólogos brasileiros. Na verdade, esta ausência é de se esperar em uma disciplina que prima pelas diferenças teóricas e, mais ainda, pelos estilos pessoais e posicionamentos políticos. Vejo esta diversidade como um capital, uma força interna ao campo antropológico que o anima por meio da bem-vinda polêmica acadêmica e política. Entretanto, também creio – até mesmo para alcançarmos os objetivos dos nossos propósitos políticos – que se deve manter um compromisso com a verdade e com a ética, inclusive nos momentos mais mobilizantes e candentes dos debates. Infelizmente, nem sempre é o caso.

Como é sabido, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), do Departamento de Antropologia (DAN), da UnB, um dos mais prestigiosos nacional e internacionalmente, com notórias contribuições para o conhecimento e para a defesa dos direitos humanos, democracia e bem-estar social, tem sido, desde 1998, alvo de ataques que ferem os melhores parâmetros do dissenso democrático pois pecam por

² Pós-escrito, em fevereiro de 2006.

se distanciarem dos fatos. Tal tendência continuou a se expressar no texto de Rita Segato e, em especial, no de José Jorge de Carvalho, publicados por “Horizontes Antropológicos” e agora no presente volume. Carvalho ataca mais uma vez ao DAN, à Associação Brasileira de Antropologia (ABA), e a mim. Antes de rebater as inverdades, explico o que me anima. Não se trata de querer entabular uma desgastante querela, movido por algum tipo de guerra de egos. Tal atitude seria uma torpeza diante da seriedade que a luta contra o racismo requer e merece. Trata-se de uma velha e boa posição acadêmica: respeito aos fatos. Vamos a alguns dos principais deles.

No DAN nunca ficou provado e/ou aceito que a reprovação do doutorando Arivaldo Lima Alves tenha tido motivação racista. A não ser Jorge Carvalho e Rita Segato, nenhum outro professor do Departamento de Antropologia corroborou esta versão que foi transformada em “caso Ari”, um ícone de um suposto racismo acadêmico. Não é plausível crer que em um departamento com o histórico que o DAN tem, houvesse um complô corporativo tão perfeito que levasse a todos professores, menos um casal, a acobertar um suposto caso de racismo. De minha parte, os que me conhecem e não têm interesse em me difamar, ou outros interesses piores, sabem que se suspeitasse por um instante de tal fato estaria a denunciá-lo. Vale lembrar que Arivaldo Lima Alves não foi o único reprovado no curso e que uma comissão do Instituto de Ciências Sociais, antes que a questão se transformasse em “caso” rumoroso e politicamente manipulado na UnB e fora dela, releu o trabalho e manteve a reprovação do aluno.

A “hostilidade” que José Jorge de Carvalho alega ter sofrido por parte do DAN, certamente refere-se à indignação do colegiado departamental diante das suas repetidas acusações francamente hostis, graves e distantes da verdade da suposta existência de racismo no DAN, várias feitas inclusive, como ele mesmo afirma, na imprensa. A alegação de que o doutorando, segundo o autor, foi alvo de “hostilidade aberta e injustificada” no departamento, não resiste a qualquer enquête que se faça.

Sobre as acusações à ABA, comentarei apenas aquelas que envolvem o meu mandato na presidência da Associação (julho 2002 – agosto 2004). Evitarei repetir o que já está na nota 1 deste artigo. Lá estão algumas iniciativas concretas que realizamos com os colegas que compuseram a gestão. Na seqüência, corrigirei, mais uma vez, as distorções presentes no texto em pauta:

- enquanto presidente da ABA, nunca recebi, nem me foi passada, nenhuma carta de Arivaldo Alves. Portanto, não poderia engavetá-la;

- Jorge Carvalho pretende fazer crer que minha presença na presidência da ABA e na coordenação do PPGAS em Brasília criou “uma conjuntura ainda mais hostil para o nosso primeiro doutorando negro³”. Carvalho se excede, abusa das palavras e dos fatos. Como não tem como consubstanciar em quê minha presença na direção das duas instituições implicou em “conjuntura ainda mais hostil”, pois de fato isto nunca existiu, o autor pára por aí. O que Carvalho oculta é que Arivaldo Alves gozou de latitude por parte da Comissão de Pós-Graduação que lhe concedeu prorrogação de prazo substantiva para término da tese mesmo sabendo que este fato implicaria, no ano de 2003, em um aumento do tempo médio de elaboração de tese do PPGAS, à época um problema institucional sério, como os que já tiveram responsabilidades de coordenação sabem. No que diz respeito à minha presidência na ABA, não sei ao que se refere com relação ao doutorando. Só posso tomar sua invectiva, como mais outro exemplo da forma “despretensiosa” com que Carvalho constrói seus argumentos e supostas certezas;

³ Mais adiante ele vai dizer que minha presidência “estava relacionada pelo negativo com o Caso Ari e com as cotas na UnB”.

- Carvalho imputa que, como presidente da ABA, participei de “uma rede disciplinar fechadíssima, homogeneizante e, nesses últimos anos, tensionada em sua cúpula pelo abafamento de um conflito racial sucedido em um dos principais programas de Pós-Graduação da área no país”. Parece querer tornar realidade seus desejos por meio da repetição. Uma das primeiras providências, no começo do meu mandato, foi criar a Comissão de Relações Étnicas e Raciais (CRER). Presidida pela professora Maria Rosário Carvalho, a Comissão foi composta por dez colegas, dentre eles afro-brasileiros, que sempre se destacaram pela sua contribuição à luta anti-racista. Ao contrário do que afirma Jorge Carvalho, essa Comissão não foi criada em Assembléia da ABA, em 2002, em Gramado. Naquela Assembléia, foi encaminhada, à então futura diretoria, a idéia de criar um Grupo de Trabalho, um passo que em geral antecede ao estabelecimento de uma Comissão na ABA. Entretanto, muito antes da assembléia de Gramado, esta idéia já fazia parte dos planos da minha chapa. Por outro lado, por ser convencido da urgência e importância de um órgão para debater e se posicionar sobre o racismo na nossa Associação, resolvi encaminhar ao Conselho Diretor da ABA a criação de uma Comissão e não de um GT. Além disso, ampliei a Comissão de Direitos Humanos que, então presidida pelo professor Roberto Kant de Lima, tradicionalmente trata de outros tipos de abusos. Tive, ainda, com a liderança do professor Antonio Carlos de Souza Lima, uma ativa e aguerrida Comissão de Assuntos Indígenas. Já o GT de Laudos Antropológicos, coordenado pela professora Eliane Cantarino O’Dwyer, estive à frente de várias iniciativas concernentes à regularização de terras de quilombos. Na minha gestão, foi produzido um excelente vídeo sobre o conflitivo caso de Alcântara, no Maranhão;

- como Carvalho quer saber mais sobre “o papel que essas pessoas jogaram e ainda jogam na dinâmica das relações raciais no interior da nossa rede de antropólogos”, continuarei agregando exemplos de outra ordem (remeto, de novo, aos fatos relatados na nota 1 deste meu texto), vinculados às minhas atividades de representação como presidente da ABA. Para ilustrar, citarei trechos do meu discurso de posse, em 18 de julho de 2002, que espelham minhas convicções e o sentido político que procurei imprimir à minha gestão. Noto, apenas, que este foi o primeiro de muitos pronunciamentos escritos ou orais, ao longo do meu mandato, contra o racismo e todas as formas de discriminação. Muitos destes pronunciamentos chegaram à mídia, foram enviados ou feitos frente a autoridades como o Presidente da República, Ministros de Estado, Governadores, membros do parlamento, Procurador Geral da República, etc. Abaixo, os trechos relevantes:

“A mais antiga das associações de ciências sociais no Brasil, a ABA é dona de uma respeitável história de quase meio século na defesa dos direitos humanos, sempre pronunciando-se a partir da sua posição de sociedade científica. Com o desenvolvimento da nossa profissão e as mudanças sociais, políticas e jurídicas do país, os antropólogos foram enfrentando novas questões, destacando-se nas mais diversas frentes, em atuações dentro da sociedade civil ou do Estado. Se parmos para considerar onde e com quem estão envolvidos os antropólogos brasileiros enquanto pesquisadores e profissionais veremos que, com alta frequência, estão combatendo a discriminação, a prepotência, a violência, a intolerância, enfim. Seja por seus envolvimento na defesa dos interesses legítimos de populações indígenas e quilombolas; seja por lutar contra a discriminação racial contra afro-descendentes ou contra a discriminação de homossexuais; seja por contribuir para um debate mais elaborado e propositivo sobre a violência urbana e agrária, ou sobre os conflitos

sócio-ambientais -- para enumerar apenas algumas das inserções existentes no presente -- os antropólogos, nas universidades, em organizações da sociedade civil ou em órgãos do Estado como a FUNAI, o Ministério do Meio Ambiente e a Procuradoria Geral da República, estão na linha de frente da afirmação de uma sociedade mais justa, menos desigual, menos violenta”.

Quanto ao meu mandato, adiantava neste mesmo discurso de início de gestão que

“nossa plataforma de trabalho diz respeito à defesa dos direitos humanos nos quadros do Estado-nação em uma era de globalização exacerbada. Aqui levaremos adiante os esforços de diretorias que nos precederam e aprofundaremos na realização de atividades de difusão que veiculem o conhecimento antropológico sobre matérias tão emergenciais quanto a relativa às relações raciais no nosso país”.

Não quero abusar da paciência do leitor. Para mim, e para a esmagadora maioria dos antropólogos no Brasil, é clara a superioridade moral e compromisso anti-racista (ironizados e postos em dúvida por Carvalho) que a ABA tem mantido ao longo de 50 anos. O que não está claro é porque Carvalho despreza decisões coletivas e democráticas tomadas por seus colegas como os membros da CRER que elaboraram um documento o qual, por não estar na chave de Carvalho, é alvo do seu ataque. Carvalho insinua que eu teria interferido no juízo dos colegas da CRER sobre a questão das cotas! Chega-se ao ponto de duvidar da independência e capacidade de julgar e atuar de colegas da mais alta competência e participação política na luta anti-racista! Foi democrática a posição que se construiu na CRER, publicamente veiculada em diversas ocasiões: como existem diferentes posições na comunidade antropológica brasileira sobre a questão das cotas, a ABA não deveria se pronunciar em uma ou outra direção específica. Esse raciocínio parece ser impossível de ser compreendido por aqueles que são porta-vozes de um pensamento único que não admite dissensos nem a pluralidade.

Mais além do plano factual, o texto de Carvalho é um índice de uma dimensão coberta por um pesado interdito no debate sobre cotas nas universidades brasileiras. Refiro-me a uma espada de Damócles que se quer fazer crer pairar sobre aqueles que não se pronunciam na mesma linha dos campeões dessa luta no Brasil. Este é um grande erro tático que só pode ser compreendido na ótica de outra tática: aquela da construção, manutenção e reprodução do lugar político dos campeões da causa. Se o que efetivamente interessa é o fim do racismo, por que atacar repetidamente a aliados, como faz José Jorge de Carvalho e outros? Por não repetirem o mesmo mantra? Por não subscreverem em todas suas minúcias todos os posicionamentos? Por saberem que há limites para a “invenção da tradição” na política? Por não serem militantes de tempo completo?

Não é desconhecido o papel da certeza e da perseverança na política. Tampouco é de se estranhar a tentativa de criar efeitos de verdade através da repetida veiculação de uma versão dos fatos e de artifícios de poder, como retóricas distorcidas, agressivas e estigmatizantes sustentadas por influentes agentes e agências políticos. Não nos esqueçamos que Carvalho goza de visibilidade na mídia e de trânsito com ministros, reitores, políticos, procuradores, líderes de movimentos sociais, etc. O que sim é de se estranhar é a auto-atribuição de uma hiper-consciência política panóptica que tudo vê e deseja normatizar ou modular para os seus desígnios. A luta contra-hegemônica, contra um sistema excludente e eivado de preconceitos de toda ordem, não deve seguir os mesmos parâmetros éticos e discursivos da política conservadora. Nós que sempre

lutamos pelas liberdades democráticas, pelo fim do racismo e de todas as formas de discriminação e opressão, pelos direitos humanos e ambientais, certamente temos, também, que ser praticantes de outra forma de fazer política que não ceda ao desejo autoritário de eliminar a discordância, nem lance mão de fantasmas, submetendo os fatos ao crivo de interesses imediatos que, apesar de capazes de mobilizar poderosos desejos políticos, encantados que são pela forma espetacular e sedutora dos discursos, acabam perpetuando inverdades e desperdiçando a capacidade de ampliação do arco de alianças. Nesta forma diferente de fazer política, a guerra de egos carismáticos para fins de acumulação de poder dá lugar a coalizões de pessoas e instituições na sua desejável pluralidade interna a um mesmo campo. Ao invés de insistir nas tentativas de estigmatização e criação de espantalhos, este, tenho certeza, é um caminho muito mais eficiente para construirmos uma nação onde o racismo e outras formas de opressão sejam coisas do passado. Neste dia, quem sabe, não haverá mais esqueletos a se retirar do armário.

Referência

Ribeiro, Gustavo Lins. 2003. Postimperialismo. Barcelona e Buenos Aires/Gedisa.